

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.739 - SP (2019/0015171-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
FELIPE DA SILVA JUSTEN - RJ196912
JULIANA PADILHA DA SILVA E OUTRO(S) - RJ214942
AGRAVADO : MARIA ALICE PEREIRA DO VALE
ADVOGADOS : DEBORAH REGINA ROCCO CASTANO BLANCO - SP119886
ANA MARIA BOLTES - SP168454
INTERES. : ITAÚ UNIBANCO S.A

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO ORDINÁRIA. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EX-EMPREGADOR. RECURSO PREJUDICADO EM FACE DO JULGAMENTO DO ARESP Nº 1.431.929.

DECISÃO

MARIA ALICE PEREIRA DO VALE (MARIA) ajuizou ação ordinária contra FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ S.A. (FUNDAÇÃO) e ITAÚ UNIBANCO S.A. (ITAÚ), objetivando a manutenção do seu plano de saúde nas mesmas condições de quando era empregado da ativa, além do ressarcimento dos valores pagos a maior.

O Juízo de Piso deferiu o pedido de antecipação de tutela para determinar que as rés mantenham o plano de saúde da autora tal qual vigente, com a mesma cobertura e os mesmos custos, até decisão em contrário (e-STJ, fls. 73/76).

Em face desta decisão, a FUNDAÇÃO interpôs agravo de instrumento, não conhecido pelo Tribunal de origem, nos termos do acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Recurso que não pode ser conhecido em razão do decidido nos autos da apelação tirada contra a r. sentença proferida na fase de conhecimento do processo, nesta mesma data. Recurso não conhecido, com determinação de remessa do feito à Justiça do Trabalho

*juntamente com os autos da apelação nº
1026318-54.2016.8.26.0224. (e-STJ, fl. 74)*

Os embargos de declaração opostos pela FUNDAÇÃO foram rejeitados (e-STJ, fls. 78/86).

Em seguida, a FUNDAÇÃO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando, em síntese, violação dos arts. 42, 44 e 64 do NCPC porque a relação jurídica em testilha seria decorrente de ajuste contratual particular, entabulado entre as partes litigantes para a concessão de plano de saúde, e não de contrato de trabalho, razão pela qual a presente demanda seria de competência da Justiça Comum (e-STJ, fls. 96/101).

O apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal de origem porque o acórdão recorrido estaria em conformidade com a jurisprudência do STJ (e-STJ, fls. 157/159).

Irresignada, a FUNDAÇÃO interpôs agravo em recurso especial, sustentando o afastamento do mencionado óbice (e-STJ, fls. 164/166).

É o relatório.

DECIDO.

Tramita nesta Corte Superior o AResp nº 1.431.929, interposto pela FUNDAÇÃO em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na apreciação do recurso de apelação por ela interposto nos autos da presente demanda.

O referido agravo foi conhecido para dar provimento ao recurso especial, nos termos da decisão monocrática de minha relatoria, nestes termos ementada:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO ORDINÁRIA. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EX-EMPREGADOR. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

Desta feita, emerge **PREJUDICADO** o julgamento do presente agravo em recurso especial, sendo de rigor o retorno dos autos ao Tribunal de origem.

Adverte-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

